



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO



TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 01
Dispensa de Licitação: Cotação Eletrônica 001/2026
NUP nº 22001.016158/2026-71

UNIDADE CONTRATANTE: EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de gênero alimentício destinado a atender os alunos da escola **EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO**, com entrega **PARCELADA** em cronograma fornecido pela referida escola da rede estadual de ensino do Ceará, respeitando os critérios de escolha mais vantajosa, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

2.1. A presente aquisição visa o fornecimento de alimentação, que contribua para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados na Unidade de Ensino **EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO**, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como condições de saúde àqueles que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias. Considerando a necessidade de atendimentos aos estudantes, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo, é necessário adquirir gêneros alimentícios com Aporte de Recursos Financeiros da Portaria de 2026 nº 003.

2.2 Este objeto será realizado através de licitação na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com a forma de fornecimento **PARCELADO**, com fulcro no Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/21.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES:

TABELA 2:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT	VALOR ESTIMADO R\$
1	Especiarias, Tipo Acafrao, Po, Desidratado E Moido, Acondicionado E Embalado De Acordo Com As Normas Tecnicas, Unidade 1.0 Pacote	Unidade 1.0 Pacote	200,00	2,0000
2	Frango, Coxa E Sobrecoxa, Congelado, Dados De	Embalagem	800,00	13,0000

Documento assinado eletronicamente por: DENISILVA SILVA, servidor público do EEMTI Liceu Professor Domingos Brasileiro, matrícula nº 4471, em 14/02/2026 às 14:47. O fornecimento disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de maio de 2024.

Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 1789-C2AB-EB92-CF2E.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO



	Identificacao, Procedencia, Informacoes Nutricionais, N° De Lote, Data De Validade, Prazo De Validade, Quantidade Do Produto, N° Do Registro No Sif, Sie Ou Sim, Embalados Em Sacos De Polietileno Transparente, Acondicionados Em Caixas De Papelao Lacradas, Embalagem 1.0 Quilograma	1.0 Quilograma		
3	Frango, File De Peito, Congelado, Sem Pele, Sem Cartilagem, Embalagem Com Identificacao Do Produto, Marca Do Fabricante, Prazo De Validade, N° Do Lote, Marcas E Carimbos Oficiais, N° Do Registro No Sif, Sie Ou Sim, Embalados Em Sacos De Polietileno Transparente, Acondicionados Em Caixa De Papelao Lacradas, Embalagem 1.0 Quilograma	Embalagem 1.0 Quilograma	1.500,00	28,5000
4	Acucar, Tipo Cristal, Aspecto Solido Com Cristais Bem Definidos, Composto Por Sacarose De Cana De Acucar, Cor Branca, Dados De Identificacao Do Produto, Marca Do Fabricante, Data De Fabricacao, Prazo De Validade, Resolucao 12/78 Comissao Nacional De Normas E Padroes Para Alimentos - Cnpa, Pacote 1.0 Quilograma	Pacote 1.0 Quilograma	101,00	4,7700
5	Alho, Branco, Cabecas, Compacto E Firme, Acondicionado Em Saco De Polietileno Vazado, Isento De Sujidades E Materiais Estranhos, Pacote 1.0 Quilograma	Pacote 1.0 Quilograma	100,00	20,0000
6	Amido, De Milho, Embalagem Com Dados De Identificacao, Data De Fabricacao, Prazo De Validade, Embalagem 1.0 Quilograma	Embalagem 1.0 Quilograma	10,00	8,0000
7	Aveia, Flocos Finos, 100% Natural, Sem Aditivos Ou Conservantes, Lacre De Seguranca, Dados De Identificacao Do Produto, Marca Do Fabricante, Data De Fabricacao, Prazo De Validade, Peso Liquido, Resolucao 12/78 Da Comissao Nacional De Normas E Padroes Para Alimentos - Cnpa, Caixa 500.0 Gramas	Caixa 500.0 Gramas	200,00	9,0000
8	Azeite, Oliva, 100% Extra Virgem, Embalagem Com Dados De Identificacao Do Produto, Data De Fabricacao, Prazo De Validade, Embalagem 500.0 Mililitros	Embalagem 500.0 Mililitros	20,00	35,0000
9	Batata, Inglesa, Tamanho Medio, Embalagem 1.0 Quilogramas Unid Fornecimento: Embalagem 1.0 Quilogramas	Embalagem 1.0 Quilogramas	320,00	4,0000
10	Cebola, Branca, Fresca, Integra E Firme, Isenta De Sujidades Ou Corpos Estranhos, Com Grau De Evolucao	Embalagem 1.0	100,00	9,0000

Documento assinado eletronicamente por: DENISE PINHEIRO SILVESTRE em 02/02/2026, às 14:52 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de maio de 2021.

Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 1789-C2AB-EB92-CF2E.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO



	Completa Do Tamanho, Acondicionada Em Embalagem Adequada, Embalagem 1.0 Quilogramas	Quilogramas		
11	Colorau, Extraído Da Semente De Urucum 100% Natural, Cor, Aroma Caracteristicos, Acondicionado Em Saco Plastico Transparente , Atoxico, Po, Sem Adicao De Sal, Resolucao 12/78 Da Comissao Nacional De Normas E Padroes Para Alimentos - Cnnpa, Dados De Identificacao Do Produto, Marca Do Fabricante, Prazo De Validade, Peso Liquido, Pacote 1.0 Quilograma	Pacote 1.0 Quilograma	15,00	17,2000
12	Farinha, De Mandioca, Quebradinha, Fina, Tipo 1, Dados De Identificacao Do Produto, Marca Do Fabricante, Prazo De Validade, Peso Liquido, Saco Plastico 1.0 Quilograma	Saco Plástico 1.0 Quilograma	300,00	7,0000
13	Louro, Folha, Embalagem De 15g, Pacote 24.0 Unidades	Pacote 24.0 Unidades	2,00	15,0000
14	Oleo Vegetal, De Soja, Comestivel, Puro, Refinado, Rico Em Vitamina E, Dados De Identificacao Do Produto, Marca Do Fabricante, Prazo De Validade, Peso Liquido, Embalagem Plastica 900.0 Mililitros	Embalagem Plastica 900.0 Mililitros	72,00	8,0500
15	Farinha, De Milho, Pre Cozida, Sem Adicao De Sal, Embalagem Com Identificacao Do Produto, Data De Fabricacao, Prazo De Validade, Minimo 6 Meses, Saco Plastico 500.0 Gramas	Saco Plastico 500.0 Gramas	550,00	2,0000
16	Feijao, Preto, Tipo 1, Embalagem Dados De Identificacao Do Produto, Marca Do Fabricante, Prazo De Validade, Resolucao 12/78 Da Comissao Nacional De Normas E Padroes Para Alimentos - Cnnpa, Saco Plastico 1.0 Quilograma	Saco Plastico 1.0 Quilograma	63,00	10,0000

3.1. A estimativa de custo levou em consideração a pesquisa realizada com fundamento no Art. 29, do Decreto Estadual Nº 35.322, de 24 de fevereiro de 2023, através do Mapa de Preço que compõe o Sistema Licitaweb do Portal de Compras da Seplag.

3.2 As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

3.3 – Os gêneros objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por: ERES PINHEIRO SILVESTRE em 02/02/2026, às 14:52 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de agosto de 2021.
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 1789-C2AB-EB92-CF2E.

4. Dotação Orçamentária:

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados na Dotação Orçamentária da Secretaria da Educação:

4.1.1 Funcional Programática: 22100022.12.362.144.20974.03.339030.50000.0 - 30639

5. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 65.489,37 (SESSENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS)

6. MODALIDADE DE LICITAÇÃO/FUNDAMENTAL LEGAL:

6.1 – Dispensa de Licitação: **Cotação Eletrônica:**

6.2 - Amparo Legal:

6.2.1 Art 75, Inciso II, Lei Nº 14.133, de 01 de abril 2021;

6.2.2 Lei Complementar 123 e suas alterações;

6.2.3 Lei Complementar Nº 288, de 20 de julho de 2022;

6.2.4 Decreto Estadual Nº 35.341, de 09 de março de 2023., alterado pelo Decreto Estadual Nº 35.474, de 26 de maio de 2023;

6.2.5 Decreto 35.322 de 24 de fevereiro de 2023.

6.2.6 Decreto Estadual Nº35.283, de 19 de janeiro de 2023.

7. DAS AMOSTRAS:

7.1. A Unidade Gestora não exigirá amostras.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1 O procedimento será divulgado no Portal de Compras do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e comunicado, por mensagem eletrônica, aos fornecedores registrados no sistema Cadastro de Fornecedores do Estado, no correspondente ramo de atividade que se pretende contratar;

8.1.2 No Termo de Participação deverá constar a identificação do Promotor da Cotação Eletrônica a especificação do objeto da contratação, as quantidades requeridas, as condições de contratação o regime de execução, o endereço para acesso ao procedimento eletrônico, as datas, horários e prazos para realização das etapas do procedimento, as condições de participação, o prazo e o local de entrega, as regras, os prazos e condições de pagamento;

8.1.3 O fornecedor interessado em participar da cotação eletrônica deverá estar previamente inscrito no Cadastro de Fornecedores do Estado e acessar o sistema mediante identificação do usuário e a respectiva senha privativa do representante de cadastro;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO



- 8.1.4 Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração serão os de menor preço conforme dispuser o Termo de Participação;
- 8.1.5 O fornecedor deverá enviar suas propostas de preço, utilizando, para tanto, exclusivamente o sistema eletrônico, em período previsto no Termo de Participação, sendo considerada inválida a proposta apresentada por quaisquer outros meios estranhos a este;
- 8.1.6 Durante o período de recebimento das propostas, o menor preço ofertado estará sempre disponível para conhecimento público em tempo real, vedada a identificação do fornecedor;
- 8.1.7 A proposta de preço com validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada pelos fornecedores em moeda corrente nacional, com a unidade de fornecimento solicitada em cada item, de apenas uma marca, no caso de bem ou material;
- 8.1.8 O fornecedor poderá oferecer lances públicos e sucessivos, desde que de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, **vedada a exclusão ou retirada da proposta nas últimas 6 (seis) horas da etapa de recebimento das propostas;**
- 8.1.9 Se houver lances iguais ao menor preço ofertados ao final da etapa de recebimento de propostas, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema;
- 8.1.10 Encerrada a etapa de recebimento de propostas, o Promotor da Cotação Eletrônica realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, identificada como arrematante, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação;
- 8.1.11 Quando a proposta classificada em primeiro lugar permanecer acima do valor estimado para a contratação, o Promotor da Cotação Eletrônica promoverá negociação com o fornecedor arrematante, exclusivamente por meio do sistema, para obtenção de proposta mais vantajosa, estabelecendo prazo para resposta em campo próprio;
- 8.1.12 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, se o arrematante recusar ou não responder a contraproposta do Promotor da Cotação Eletrônica;
- 8.1.13 Antes de declarar a proposta vencedora, o Promotor da Cotação Eletrônica poderá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta comercial adequada ao último lance ofertado pelo arrematante e, se necessário, dos documentos complementares, incluindo especificações técnicas e instruções sobre o bem;
- 8.1.14 No caso do Promotor da Cotação Eletrônica exigir apresentação de planilhas com indicação de quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada por meio eletrônico com os respectivos valores adequados à proposta melhor classificada;
- 8.1.15 As contratações por meio da cotação eletrônica serão feitas preferencialmente de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas atualizações ou outro instrumento legal que venha substituí-la;
- 8.1.16 Somente serão aceitas propostas de fornecedores cujas atividades econômicas inscritas no Cadastro de Fornecedor do Estado sejam compatíveis com o objeto da contratação;
- 8.1.17 É vedada a participação na cotação eletrônica de empresas inidôneas ou impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública.



9. DA HABILITAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO:

9.1 Para ser declarado vencedor, o fornecedor melhor classificado após o julgamento quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço, em relação ao estimado, deverá estar em situação regular no Cadastro de Fornecedores do Estado.

9.1.1. Além da regularidade no Cadastro de Fornecedores do Estado, poderá ser exigida documentação complementar para comprovação da habilitação técnica e econômico-financeira, desde que necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto da contratação.

9.1.2 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Promotor da Cotação Eletrônica examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

9.2 A contratação decorrente do procedimento de cotação eletrônica será formalizada mediante emissão da ordem de compra e da nota de empenho, que serão comunicadas ao fornecedor vencedor por meio do sistema, ou celebração de contrato administrativo, quando cabível.

9.3. As empresas que desejarem se enquadrar nos benefícios do tratamento jurídico diferenciado, nos termos da art. 42 ao art. 49 Lei complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 deverão apresentar declaração de que cumprem os requisitos legais para qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas, que não possuem nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, alterada pela Lei 147/2013 e Lei complementar 155/2016, e em conformidade do Decreto Federal 8.538/2015.

9.3.1 As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas que não apresentarem a declaração prevista no subitem 3.2, poderão participar, normalmente, do certame, porém em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime. **APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENA PORTE.**

9.3.2. Apresentar Declaração que não emprega menor comprovando o fiel cumprimento das recomendações trazidas pelo art. 7º da Constituição Federal, inciso XXXIII, isto é, que não utiliza trabalho de menores de 18 (dezoito) anos na execução de serviços perigosos ou insalubres, nem de menores de 16 (dezesesseis) anos para trabalho de qualquer natureza, de acordo com o **APÊNDICE B – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO TRABALHISTA DO MENOR.**

9.3.3 A não apresentação de autodeclarações formais e/ou termos de compromissos exigidos não implicará na desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Administração mediante diligência, conceder o prazo de 24 horas para o devido saneamento, em respeito aos princípios de formalismo moderado e da razoabilidade e com fulcro no Art 6 do Decreto Estadual 35.341/23.

10. DA HABILITAÇÃO

Caberá ao fornecedor, interessado em participar da cotação eletrônica:

10.1 Inscrever-se no Cadastro de Fornecedores do Estado para obtenção de usuário e senha de acesso ao sistema de cotação eletrônica;

10.1.2 Declarar em campo próprio o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do Termo de Participação;

10.1.3 Acompanhar as operações no sistema durante o período previsto para o recebimento de propostas, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas ou de desconexão com o sistema por qualquer



motivo, não cabendo ao provedor do sistema nem ao Promotor da Cotação Eletrônica qualquer tipo de responsabilização;

10.1.4 Responsabilizar-se pelas transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive, os riscos inerentes ao uso indevido de sua senha de acesso.

10.1.4.1 O acesso ao sistema implica a responsabilidade legal do fornecedor, ou seu representante e na presunção de sua capacidade técnica e jurídica para participação do procedimento da cotação eletrônica.

10.1.4.2 A utilização do usuário e senha de acesso será de responsabilidade exclusiva do fornecedor, incluindo qualquer transação efetuada por ele ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema nem ao Promotor da Cotação Eletrônica responsabilidade por **eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.**

10.1.5 Executar o objeto da contratação em conformidade com este Termo de Referência/termo de Participação e seus anexos.

11. CONDIÇÕES DE ENTREGA:

11.1 O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo, no prazo de **05 (cinco) DIAS**, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente. **A entrega será semanal, de acordo com cronograma realizado e poderá ser alterado conforme necessidade da administração, mediante informação prévia.**

11.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

11.2.1. Todos os gêneros alimentícios deverão ser transportados em veículos adequados e em condições higiênicas satisfatórias, garantindo a qualidade e integridade dos gêneros alimentícios. O pessoal responsável por transportar os alimentos também devem se apresentar em boas condições de higiene.

11.3 Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados em até **02 (dois) dias** úteis antes do prazo de entrega, e aceito pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

11.4 Uma vez notificado, o contratado realizará a substituição dos gêneros que apresentarem divergência nas especificações no prazo de até 02 dias úteis, contados a partir da data de notificação ao contratado.

11.4.1 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

11.5. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada, conforme demandado pela contratante, em cada unidade escolar, nos horários de 07h:30min à 16 horas, nos dias de segunda a sexta-feira, compreendendo somente os dias úteis, conforme **Anexo 1 – CRONOGRAMA DE ENTREGA**, o qual deverá ser rigorosamente cumprido.

Documento assinado eletronicamente em 14/02/2021, às 14:52h, pelo servidor público lotado no Estado do Ceará), em conformidade com o disposto no Decreto nº 33.094, de 8 de maio de 2021.

Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 1789-C2AB-EB92-CFZE.



12. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DOS GÊNEROS E DE PAGAMENTO:

12.1. Recebimento do Objeto:

12.1.1. Os gêneros serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo, no termo de participação e na proposta.

12.1.2. Os gêneros poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo, no termo de participação e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.3. O recebimento definitivo será considerado efetivado após a verificação da qualidade e quantidade do gênero e conseqüentemente aceitação do gestor do contrato no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, juntamente com a documentação de regularização fiscal, trabalhista e social.

12.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, mediante aceite da unidade gestora quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroverso da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos gêneros objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.1.8 Os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação de alimentos com característica de cada produto (organolépticas, físico-químicas, microbiológicas, microscópicas, toxicológicas), estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Ministério da Agricultura/Pecuária e Abastecimento e pelas Autoridades Sanitárias Locais para cada gênero descrito conforme tabela de especificação e quantidades e registro no órgão fiscalizador quando couber (SIM, SIE, SIF).

12.1.9 - Só será aceito o fornecimento dos gêneros que estiverem de acordo com o item anterior e as especificações mínimas exigidas abaixo: • Identificação do produto; • embalagem original e intacta; • data de fabricação, • data de validade, • peso líquido, • Número do Lote, • Nome do fabricante; • Registro no órgão fiscalizador (SIM, SIE e SIF) quando couber.



12.1.10 Os gêneros deverão ser entregues na Unidade de Ensino **EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO** no endereço **Rua Planaltina, S/N – Planalto Ayrton Senna – Fortaleza-CE.**

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Liquidação das Despesas:

13.1. Para fins de liquidação, a **EEMTI Liceu Professor Domingos Brasileiro** deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato ou instrumento equivalente e da Unidade Contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar.
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.2. Serão necessários os seguintes documentos para liquidação da despesas:

- Ofício da contratada, solicitando pagamento da despesa executada;
- Cadastro de Fornecedores do Estado – CRC regularizado no ato da liquidação;
- Certidões de regularidade válidas providenciaria, trabalhista e social;
- Comprovante que a contratada é optante pelo Simples Nacional;

13.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e social, conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. A situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização fiscal, trabalhista e social. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.6 Prazo de pagamento:

13.6.1. O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal eletrônica, em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos gêneros, com o devido ateste de recebimento.

13.7. Forma de pagamento:

13.7.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no **Banco Bradesco S/A**, conforme Lei nº 15.241/2012.



13.7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.8. Antecipação de pagamento:

13.8.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

14. DA APROVAÇÃO DOS GÊNEROS

14.1. O aceite dos gêneros deverão ser devidamente atestados, por servidores que detenham competência avaliativa para tal fim.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

15.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

15.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre inconsistências verificadas no objeto contratado(gênero), para que seja substituído no total ou em parte, às suas expensas;

15.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

15.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

15.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

15.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

15.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

15.8.1. A Administração terá o prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **20 (vinte) dias**.

15.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO



17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

17.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

17.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

17.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

17.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

17.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

17.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

17.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

17.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

17.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

17.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

17.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

Documento assinado eletronicamente por DENISE FERREIRA SILVA em 02/02/2026, às 14:52 (local: localidade do Estado do Ceará, CPF nº 000.000.000-00). O documento eletrônico foi gerado automaticamente pelo sistema de gestão de contratos em 02/02/2026, às 14:52 (local: localidade do Estado do Ceará, CPF nº 000.000.000-00). Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 1789-C2AB-EB92-CFZE.





18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato a serem designados pelo núcleo gestor da CREDE, SEFOR ou ESCOLA, devendo constar na minuta contratual, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 43 a 52 do Decreto Estadual 35.322 de 28 de fevereiro de 2023 e suas alterações.

19. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

19.1 O prazo de vigência do contrato é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contado **na publicação no Diário Oficial do Estado**, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

19.2 O prazo de execução do objeto contratual é de **335 (trezentos e trinta e cinco) dias**, contado a partir do recebimento da primeira ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

19.3 O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no § 5º, do art. 90, da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

20.1.1. Em se tratando da sanção de impedimento de licitar ou contratar e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública existe previsão expressa de que a instauração de processo de responsabilização será por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, devendo o gestor formalizar tal requerimento à Comissão, em conformidade com o previsto no Art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, e Art. 45, inciso X, do Decreto Estadual nº 35.322/23, e suas alterações.

20.2 O fornecedor que não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do fornecimento estará sujeito às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo do eventual cancelamento da Ordem de Compra ou de Serviço ou da Nota de Empenho.

20.3. Se o fornecedor inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeito às sanções previstas no inciso IV, do art. 104, e no art. 162, da Lei Federal nº 14.133/21, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

20.3.1 Pelo atraso na entrega do gênero em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do gênero não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do gênero;

20.3.2 Pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do gênero, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do bem;

20.3.3 Pela demora em substituir o gênero rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do gênero recusado, por dia decorrido;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO



20.3.4 Pela recusa da Contratada em substituir o gênero rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do gênero rejeitado;

20.3.5 Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Termo de Participação ou no instrumento convocatório e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

20.4. As multas estabelecidas no item 20.3.1 podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

20.4.1 As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à contratada, ou efetuada a sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Estado, ou por qualquer forma prevista em lei.

20.5 A Contratada estará obrigada a efetuar, a qualquer tempo, a substituição do gênero rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes do Termo de Participação, independentemente da quantidade rejeitada.

Fortaleza-CE, data de acordo com a assinatura digital.

DENISE PINHEIRO SILVESTRE
DIRETORA
EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO
Matrícula: 09352813



APÊNDICE A – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENA PORTE.

(INSERIR DENOMINAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA), inscrita no CNPJ n.º **(INSERIR NÚMERO COMPLETO DO CNPJ DA EMPRESA)**, sediada a rua _____, para efeito de participação no referido processo de Cotação Eletrônica, vem **DECLARAR**, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **MICROEMPRESA - ME** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**, conforme art. 3º da **Lei Complementar Nº 123/2006** e que no que está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º desse artigo, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido nos **Arts. 42 a 49 da mencionada Lei, com as alterações da Lei Complementar Nº 147/2014.**

(INFORMAR MUNICÍPIO), (CE) em **(DIA)**, **(MÊS)** de **(ANO)**.

(INFORMAR NOME COMPLETO E RESPECTIVA ASSINATURA)
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



APÊNDICE B – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

À **(INFORMAR NOME COMPLETO DA UNIDADE ESCOLAR)** – CE

DECLARAÇÃO

(INSERIR DENOMINAÇÃO COMPLETA DA EMPRESA), inscrita no CNPJ n.º **(INSERIR NÚMERO COMPLETO DO CNPJ DA EMPRESA)**, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) **(INFORMAR NOME COMPLETO)**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **(INFORMAR NÚMERO DO RG)** e do CPF nº **(INFORMAR NÚMERO DO CPF)**, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68 da Lei nº 14.133/21, bem como inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(INFORMAR MUNICÍPIO), (CE) em **(DIA)**, **(MÊS)** de **(ANO)**.

(INFORMAR NOME COMPLETO E RESPECTIVA ASSINATURA)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO



TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 02
Dispensa de Licitação: Cotação Eletrônica 001/2026
NUP nº 22001.016158/2026-71

CRONOGRAMA DE ENTREGA

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM/SERVIÇO	UNID	QUANTIDADE TOTAL DO ITEM	PERIODICIDADE DE ENTREGA		OBSERVAÇÃO
				QUANTIDADE	SEMANAL	
1	129054 - Especiarias, Tipo Acafrao, Po, Desidratado E Moido, Acondicionado E Embalado De Acordo Com As Normas Tecnicas, Unidade 1.0 Pacote	Unidade 1.0 Pacote	200	20	16 A 27 DE FEVEREIRO DE 2026	CRONOGRAMA DE ENTREGA PODERÁ SER ALTERADO CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE INFORMAÇÃO PRÉVIA
				20	02 A 13 DE MARÇO DE 2026	
				20	16 A 27 DE MARÇO DE 2026	
				20	30 DE MARÇO A 10 DE ABRIL DE 2026	
				20	13 A 24 DE ABRIL DE 2026	
				20	27 DE ABRIL A 08 DE MAIO DE 2026	
				20	11 A 22 DE MAIO DE 2026	
				20	25 DE MAIOR A 05 DE JUNHO DE 2026	
				20	08 A 19 DE JUNHO DE 2026	
20	22 A 30 DE JUNHO DE 2026					
2	809226 - Frango, Coxa E Sobrecoxa, Congelado, Dados De Identificacao, Procedencia, Informacoes Nutricionais, Nº De Lote, Data De Validade, Prazo De Validade, Quantidade Do Produto, Nº Do Registro No Sif, Sie Ou Sim, Embalados Em Sacos De Polietileno Transparente, Acondicionados Em Caixas De Papelao Lacradas, Embalagem 1.0 Quilograma	Embalagem 1.0 Quilograma	800	80	16 A 27 DE FEVEREIRO DE 2026	CRONOGRAMA DE ENTREGA PODERÁ SER ALTERADO CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE INFORMAÇÃO PRÉVIA
				80	02 A 13 DE MARÇO DE 2026	
				80	16 A 27 DE MARÇO DE 2026	
				80	30 DE MARÇO A 10 DE ABRIL DE 2026	
				80	13 A 24 DE ABRIL DE 2026	
				80	27 DE ABRIL A 08 DE MAIO DE 2026	
				80	11 A 22 DE MAIO DE 2026	
				80	25 DE MAIOR A 05 DE JUNHO DE 2026	
				80	08 A 19 DE JUNHO DE 2026	
80	22 A 30 DE JUNHO DE 2026					
3	7568810 - Frango, File De Peito, Congelado, Sem Pele, Sem Cartilagem, Embalagem Com Identificacao Do Produto, Marca Do Fabricante, Prazo De Validade, Nº Do Lote, Marcas E Carimbos Oficiais, Nº Do Registro No Sif, Sie Ou Sim, Embalados Em Sacos De Polietileno Transparente, Acondicionados Em Caixa De Papelao Lacradas, Embalagem 1.0 Quilograma	Embalagem 1.0 Quilograma	1500	150	16 A 27 DE FEVEREIRO DE 2026	CRONOGRAMA DE ENTREGA PODERÁ SER ALTERADO CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE INFORMAÇÃO PRÉVIA
				150	02 A 13 DE MARÇO DE 2026	
				150	16 A 27 DE MARÇO DE 2026	
				150	30 DE MARÇO A 10 DE ABRIL DE 2026	
				150	13 A 24 DE ABRIL DE 2026	
				150	27 DE ABRIL A 08 DE MAIO DE 2026	
				150	11 A 22 DE MAIO DE 2026	
				150	25 DE MAIOR A 05 DE JUNHO DE 2026	
				150	08 A 19 DE JUNHO DE 2026	
150	22 A 30 DE JUNHO DE 2026					
4	6998 - Acucar, Tipo Cristal, Aspecto Solido Com Cristais Bem Definidos, Composto Por Sacarose De Cana De Acucar, Cor Branca, Dados De Identificacao Do Produto, Marca Do Fabricante, Data De Fabricacao, Prazo De Validade, Resolucao 12/78 Comissao Nacional De Normas E Padroes Para Alimentos - Cnnpa, Pacote 1.0 Quilograma	Pacote 1.0 Quilograma	101	11	16 A 27 DE FEVEREIRO DE 2026	CRONOGRAMA DE ENTREGA PODERÁ SER ALTERADO CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE INFORMAÇÃO PRÉVIA
				10	02 A 13 DE MARÇO DE 2026	
				10	16 A 27 DE MARÇO DE 2026	
				10	30 DE MARÇO A 10 DE ABRIL DE 2026	
				10	13 A 24 DE ABRIL DE 2026	
				10	27 DE ABRIL A 08 DE MAIO DE 2026	
				10	11 A 22 DE MAIO DE 2026	
				10	25 DE MAIOR A 05 DE JUNHO DE 2026	
				10	08 A 19 DE JUNHO DE 2026	
10	22 A 30 DE JUNHO DE 2026					
5	Alho, Branco, Cabeças, Compacto E Firme, Acondicionado Em Saco De Polietileno Vazado, Isento De Sujidades E Materiais Estranhos, Pacote 1.0 Quilograma	Pacote 1.0 Quilograma	100	10	16 A 27 DE FEVEREIRO DE 2026	CRONOGRAMA DE ENTREGA PODERÁ SER ALTERADO CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE INFORMAÇÃO PRÉVIA
				10	02 A 13 DE MARÇO DE 2026	
				10	16 A 27 DE MARÇO DE 2026	
				10	30 DE MARÇO A 10 DE ABRIL DE 2026	
				10	13 A 24 DE ABRIL DE 2026	
				10	27 DE ABRIL A 08 DE MAIO DE 2026	
				10	11 A 22 DE MAIO DE 2026	
				10	25 DE MAIOR A 05 DE JUNHO DE 2026	
				10	08 A 19 DE JUNHO DE 2026	
10	22 A 30 DE JUNHO DE 2026					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM/SERVIÇO	UNID	QUANTIDADE TOTAL DO	PERIODICIDADE DE ENTREGA	OBSERVAÇÃO	
				QUANTIDADE SEMANAL		
				1 16 A 27 DE FEVEREIRO DE 2026		

Documento assinado eletronicamente por DUNISE PINHEIRO SILVA em 02/02/2026, às 14:52 (hora oficial do Estado do Ceará) no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de maio de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 1789-C2AB-EB92-CF2E.





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EEMTI LICEU PROFESSOR DOMINGOS BRASILEIRO



ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM/SERVIÇO	UNID	QUANTIDADE TOTAL DO	PERIODICIDADE DE ENTREGA		OBSERVAÇÃO
				QUANTIDADE	SEMANAL	
13	Louro, Folha, Embalagem De 15g, Pacote 24.0 Unidades	Pacote 24.0 Unidades	2	30	22 A 30 DE JUNHO DE 2026	CRONOGRAMA DE ENTREGA PODERÁ SER ALTERADO CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MEDIANTE INFORMAÇÃO PRÉVIA
				1	16 A 27 DE FEVEREIRO DE 2026	
				0	02 A 13 DE MARÇO DE 2026	
				0	16 A 27 DE MARÇO DE 2026	
				0	30 DE MARÇO A 10 DE ABRIL DE 2026	
				0	13 A 24 DE ABRIL DE 2026	
				1	27 DE ABRIL A 08 DE MAIO DE 2026	
				0	11 A 22 DE MAIO DE 2026	
				0	25 DE MAIOR A 05 DE JUNHO DE 2026	
				0	08 A 19 DE JUNHO DE 2026	
0	22 A 30 DE JUNHO DE 2026					
14	Oleo Vegetal, De Soja, Comestivel, Puro, Refinado, Rico Em Vitamina E, Dados De Identificacao Do Produto, Marca Do Fabricante, Prazo De Validade, Peso Liquido, Embalagem Plastica 900.0 Mililitros	Embalagem Plastica 900.0 Mililitros	72	8	16 A 27 DE FEVEREIRO DE 2026	CRONOGRAMA DE ENTREGA PODERÁ SER ALTERADO CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MEDIANTE INFORMAÇÃO PRÉVIA
				7	02 A 13 DE MARÇO DE 2026	
				8	16 A 27 DE MARÇO DE 2026	
				7	30 DE MARÇO A 10 DE ABRIL DE 2026	
				7	13 A 24 DE ABRIL DE 2026	
				7	27 DE ABRIL A 08 DE MAIO DE 2026	
				7	11 A 22 DE MAIO DE 2026	
				7	25 DE MAIOR A 05 DE JUNHO DE 2026	
				7	08 A 19 DE JUNHO DE 2026	
				7	22 A 30 DE JUNHO DE 2026	
15	Farinha, De Milho, Pre Cozida, Sem Adicao De Sal, Embalagem Com Identificacao Do Produto, Data De Fabricacao, Prazo De Validade, Minimo 6 Meses, Saco Plastico 500.0 Gramas	Saco Plastico 500.0 Gramas	550	55	16 A 27 DE FEVEREIRO DE 2026	CRONOGRAMA DE ENTREGA PODERÁ SER ALTERADO CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MEDIANTE INFORMAÇÃO PRÉVIA
				55	02 A 13 DE MARÇO DE 2026	
				55	16 A 27 DE MARÇO DE 2026	
				55	30 DE MARÇO A 10 DE ABRIL DE 2026	
				55	13 A 24 DE ABRIL DE 2026	
				55	27 DE ABRIL A 08 DE MAIO DE 2026	
				55	11 A 22 DE MAIO DE 2026	
				55	25 DE MAIOR A 05 DE JUNHO DE 2026	
				55	08 A 19 DE JUNHO DE 2026	
				55	22 A 30 DE JUNHO DE 2026	
16	Feijao, Preto, Tipo 1, Embalagem Dados De Identificacao Do Produto, Marca Do Fabricante, Prazo De Validade, Resolucao 12/78 Da Comissao Nacional De Normas E Padroes Para Alimentos - Cnnpa, Saco Plastico 1.0 Quilograma	Saco Plastico 1.0 Quilograma	63	7	16 A 27 DE FEVEREIRO DE 2026	CRONOGRAMA DE ENTREGA PODERÁ SER ALTERADO CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MEDIANTE INFORMAÇÃO PRÉVIA
				6	02 A 13 DE MARÇO DE 2026	
				7	16 A 27 DE MARÇO DE 2026	
				6	30 DE MARÇO A 10 DE ABRIL DE 2026	
				7	13 A 24 DE ABRIL DE 2026	
				6	27 DE ABRIL A 08 DE MAIO DE 2026	
				6	11 A 22 DE MAIO DE 2026	
				6	25 DE MAIOR A 05 DE JUNHO DE 2026	
				6	08 A 19 DE JUNHO DE 2026	
				6	22 A 30 DE JUNHO DE 2026	

Documento assinado eletronicamente por: DENISE PINHEIRO SILVA em 02/02/2026, às 09:53 (Horário local do Estado do Ceará) conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de maio de 2021.

Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 1789-C2AB-EB92-CFZE.